

FUNDAÇÃO
renova

RESUMO EXECUTIVO DAS POLÍTICAS INDENIZATÓRIAS DO PIM

Abril 2018

SUMÁRIO



1. Indenização dos Empreendimentos Comerciais Ligados ao Turismo	3
1.1.Elegibilidade	3
1.2.Quantificação e Valoração dos Danos.....	3
2. Indenização dos Empreendimentos de Extração de Areia	5
2.1. Elegibilidade.....	5
2.2.Quantificação e Valoração dos Danos.....	6
3. Indenização da Pesca	7
3.1. Pesca Profissional.....	7
3.1.1 Elegibilidade.....	7
3.1.2 Verificação do RGP.....	7
3.1.3 Protocolos de Pesca.....	7
3.1.4 Categorias de Pesca Profissional indenizáveis.	8
3.1.5 Valoração dos Danos.....	8
3.2. Pesca Comercial Não Regularizada.....	10
3.2.1 Elegibilidade.....	10
3.2.2 Valoração dos Danos.....	11

3.3. Pesca de Subsistência.....	13
3.3.1 Elegibilidade.....	13
3.3.2 Verificação de Renda.....	13
3.3.3 Recorte Geográfico.....	14
3.3.4 Precificação.....	15

1. Indenização dos Empreendimentos Comerciais Ligados ao Turismo

1.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a atividade comercial ligado ao turismo na região de Regência (Linhares ES), à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	<p>Identificação do Atingido (Pessoa Jurídica)</p> <p>Identificação do Atingido (Pessoa Física responsável pelo negócio - detalhamento em Anexo 1, presente na Matriz de Comprovação 6)</p>
	<p>Comprovação de regularidade perante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cartão do CNPJ • Contrato Social e alterações ou Certificado de Condição de Microempreendedor Individual • Alvará de Funcionamento e/ou A.V.C.B (Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros)

- Vigência da Documentação:

Válidos em novembro de 2015.

- Validação dos documentos:

Apresentação de documento originais.

1.2 Quantificação e Valoração dos Danos

Danos indenizáveis:

- Lucro Cessante: Identificações de redução da receita do negócio, gerando redução do lucro em consequência da queda de turismo na região de Regência, Linhares ES.

Quantificação dos danos:

Indenizar os danos de queda de comercialização por consequência direta do evento, a partir de:

- Renda e lucro anual médios do negócio, anteriores ao evento, identificados a partir de informações de receita e custos do negócio;
- Queda de faturamento em consequência direto ao rompimento da barragem e taxa de queda de turismo;
- Estimativas baseadas na variação da taxa de ocupação e capacidade dos negócios;
- Consultas de valores de mercado compatíveis com a região (hospedagem, alimentação e etc).

Observação:



- A política de indenização de empreendimentos comerciais ligados ao turismo foi construída para a região de Regência (Linhares ES) por se tratar de uma área onde este tipo de negócio predomina.

Para as demais regiões impactadas, onde também predomina a atividade turística como base econômica, deverão ser observadas as características e peculiaridades dos atingidos e respectivos danos, para adaptação da metodologia de indenização.

2. Indenização dos Empreendimentos de Extração de Areia

2.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a atividade de extração de areia à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	Identificação do Atingido (detalhamento em <i>Anexo 1</i> , presente na Matriz de Comprovação 6)
	Comprovação de regularidade perante: <ul style="list-style-type: none"> • Órgão regulador do direito de lavra • Órgão de licenciamento ambiental aplicável

<u>Regularidade de Lavra</u>	Guia de Utilização ou Registro de Licença – DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
<u>Regularidade Ambiental</u>	Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) – ESTADUAL

- Vigência das Autorizações e Licenças:

Guia de Utilização ou Registro de Licença válidos em novembro de 2015.

Autorização Ambiental de Funcionamento válida em novembro de 2015.

- Validação dos documentos:

Apresentação de documento originais.

2.2 Quantificação e Valoração dos Danos

Danos indenizáveis:

- Perdas materiais: Identificação de danos causados a equipamentos e materiais do empreendimento areeiro.
- Lucro Cessante:

Identificação e cálculo realizado a partir da operação assistida constando principalmente:

- danos gerais relativos aos volumes de produção de areia;
- danos gerais com despesas extras e incremento de custos operacionais;
- danos gerais relativos à comercialização de areia.

Quantificação dos danos:

Indenizar os danos de quebra de produção/receita, a partir de:

- Estimativas baseadas em operação assistida nos areais que apontem as capacidades e os potenciais produtivos;
- Levantamento e coleta de documentos, dados e informações que possam subsidiar a comprovação da produção/receita declaradas pelos atingidos.

Limites autorizados de extração mineral e licenciamento:

- Efetuar o ressarcimento das perdas de produção/receitas dos atingidos do segmento, dentro dos limites de volume estipulados na autorização de lavra e na licença ambiental.

Observação:





- Dependendo da região da Rio Doce onde está localizado o areal, haverá variações no emprego da metodologia de apuração dos danos e precificação.

3. Indenização da Pesca

3.1 Pesca Profissional

3.1.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a pesca profissional à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	Parecer do Programa de Cadastro Integrado atestando impacto direto na atividade pesqueira; Identificação do Atingido (detalhamento em <i>Anexo 1</i> , presente na Matriz de Comprovação 6)
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem (detalhamento em Anexo 1 – Matriz de Comprovação 6)
	Verificação da elegibilidade através dos seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> • Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP deferido à época do evento • Recebimento de Seguro Defeso em 2014 ou 2015 ou 2016 • Protocolo de solicitação de RGP (conforme exposto abaixo)
	Comprovação da categoria de pesca cadastrada: <ul style="list-style-type: none"> • Donos de embarcação deverão comprovar à posse conforme matriz de comprovação PIM-DG-024- MLD-Matriz Comprovação Documental Atividade Pesca - Revisão 02 (<i>Anexo 2</i>) • A Fundação dispõe ainda, de uma equipe de campo, para averiguação <i>in-loco</i> de embarcação, nos casos em que vou declaração de existência de embarcação durante o processo de cadastro, porém o atingido não possui documento da mesma.

3.1.2 Verificação do RGP

Serão considerados RGP deferidos à época do evento aqueles que constarem na lista de “Relação de Pescadores Profissionais Ativos no RPG em MG e ES” recebida por e-mail, enviada pela Casa Civil para Fundação Renova em 18 de fevereiro de 2018.

Serão considerados pescadores profissionais com RGP ativo à época do evento, aqueles que tenham recebido Seguro Defeso nos anos de 2014 ou 2015 ou 2016.

3.1.3 Protocolos de Pesca

A Fundação considera ainda, como pescadores profissionais regulares, aqueles atingidos que tenha solicitado emissão de RGP nos anos 2014 e 2015 com base na “PORTARIA Nº 2.546, DE 29 DE

DEZEMBRO DE 2017” e lista de protocolos válidos encaminhada pelo Governo Federal.

3.1.4 Categorias de Pesca Profissional indenizáveis

As categorias de pesca profissional estão divididas em: Dono de Embarcação, Armador, Tripulante de Embarcação e Pescador desembarcado. Para estimar os valores de indenização foi considerado a região de prática da pesca, o formato de pesca praticado e o tipo de embarcação utilizada no desempenho da atividade pesqueira.

3.1.5 Valoração dos Danos

Os danos dos pescadores profissionais foram valorados de acordo com as subcategorias de pesca praticadas, como segue

REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE
Tripulante de Embarcação de Motor a Remo (sem motor)
Pescador Desembarcado
Tripulante de Embarcação de Motor de Popa
Dono de Embarcação a Remo (sem motor)
Dono de Embarcação com Motor de Popa

REGIÃO CONTINENTAL DO RIO DOCE
Tripulante de Embarcação de Motor a Remo (sem motor)
Pescador Desembarcado
Tripulante de Embarcação de Motor de Popa
Dono de Embarcação a Remo (sem motor)
Tripulante de Bateria Marinha
Tripulante de Embarcação de Motor de Centro
Tripulante de Embarcação Camaroeira - embarcação média
Dono de Bateria Marinha
Tripulante de Embarcação Camaroeira - embarcação grande
Armador/Proprietário de Embarcação de Motor de Centro
Dono de Embarcação com Motor de Popa
Dono de Embarcação com Motor de Centro
Dono de Embarcação Camaroeira - embarcação média
Dono de Embarcação Camaroeira - embarcação grande




Observação:

- As subcategorias de pesca profissional (RGP Profissional) que forem identificadas após a aprovação desta política, deverão ser analisadas, estruturadas e integradas ao documento.
- A indenização da pessoa que pratica a pesca comercial tem caráter personalíssimo, tendo como beneficiário o praticante da atividade pesqueira cadastrado pelo Programa de Cadastro Integrado.
- Caso exista mais de um atingido, praticante da pesca comercial, no mesmo núcleo familiar, as tratativas serão individualizadas, isto é, a elegibilidade e posterior celebração de acordos de indenização serão aplicadas individualmente.

3.2 Pesca Comercial Não Regularizada

3.2.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a da pesca comercial não regularizada à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	Parecer do Programa de Cadastro Integrado atestando impacto direto na atividade pesqueira; Identificação do Atingido (detalhamento em <i>Anexo 1</i> , presente na Matriz de Comprovação 6)
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem (detalhamento em Anexo 1 – Matriz de Comprovação 6)
	Comprovação Laboral: Pescador Não Regulamentado: descrito abaixo

Carteiras das seguintes carteiras **ou Seguro Defeso** :

<u>Documento 1</u> RGP “Registro Geral da Atividade Pesqueira”	a) CARTEIRA DA SUDEPE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 1972 e 1983 <input data-bbox="1230 1272 1307 1337" type="checkbox"/>
	b) CARTEIRA DO IBAMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 1984 e 2001 <input data-bbox="1230 1426 1307 1491" type="checkbox"/>
	c) CARTEIRA DO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 2002 e 2008 <input data-bbox="1230 1581 1307 1646" type="checkbox"/>
	d) CARTEIRA DA SEAP/PR (SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA / PRESIDENCIA DA REPUBLICA) RGP – PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL - emitidas entre 2009 e 2010 <input data-bbox="1230 1798 1307 1863" type="checkbox"/>

	e) CARTEIRA MPA (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA) RGP – PESCADOR PROFISSIONAL - emitas entre 2011 e 2013
	f) SEGURO DEFESO – Pesca Artesanal (PORTAL TRANSPARÊNCIA) Habilitação como beneficiário do Seguro Defeso – Pesca Artesanal (Link: http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidos.asp). - habilitado entre 2008 e 2013.

- Vigência das Carteiras:

Carteiras emitidas até novembro de 2015.

- Validação do documento:

Somente serão aceitos documentos originais, dado que o governo não mantém uma base atualizada destes RGP's.

Para os casos em que o atingido não possui o documento a cédula de RGP em mãos, porém, comprova através de consulta ao Portal Transparência ⁽²⁾ o recebimento do seguro defeso dentro do período previsto no protocolo de elegibilidade, a consulta ao Portal Transparência será tomada como evidência.

3.2.2 Valoração dos Danos

Os danos do pescador comercial não regularizado serão valorados para os seguintes itens:

- Lucro cessante
- Dano material
- Dano moral

Observações:




- A indenização da pessoa que pratica a pesca comercial tem caráter personalíssimo, tendo como beneficiário o praticante da atividade pesqueira cadastrado pelo Programa de Cadastro Integrado.
- Caso exista mais de um atingido, praticante da pesca comercial no mesmo núcleo familiar, as tratativas serão individualizadas, isto é, a elegibilidade e

posterior celebração de acordos de indenização serão aplicadas individualmente.

3.3 Pesca de Subsistência

3.3.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a pesca para subsistência à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	Identificação do Atingido (detalhamento em <i>Anexo 1</i> , presente na Matriz de Comprovação 6)
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem (detalhamento em Anexo 1 – Matriz de Comprovação 6)
	Verificação da elegibilidade através dos seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> • A renda per capita* de seu núcleo familiar ser de até ½ (meio) salário mínimo vigente em 2018 • Residir dentro do limite geográfico do LMEO + 1000 metros à época do evento • Não residir em área urbana de municípios que possuam mais de 50 mil habitantes

*Para o cálculo da renda per capita familiar não poderão ser consideradas as rendas provenientes do Benefício de Prestação Continuada - BPC (equivalente a 1 salário mínimo) e do bolsa família.

** Para os núcleos familiares que possuam idosos, deficientes ou integrantes do núcleo familiar que tenham recebido auxílio doença pelo INSS (no período de outubro/2015 até o presente momento de atendimento no CIM), deverá ser desconsiderado do cálculo de apuração da renda familiar o valor de R\$200,00 (duzentos reais) relacionado a medicamentos, consultas médicas e demais despesas médicas.

Deverão ser convidados para a reunião todos os atingidos que estão dentro do recorte geográfico do LMEO + 1000 e que **não residam em áreas urbanas de municípios que tenham mais de 50 mil habitantes**. Ou seja, o critério de renda será verificado somente com a presença do atingido e durante o seu atendimento no CIM.

3.3.2 Verificação da Renda

- Extrato do INSS de todos os integrantes maiores de 18 anos. O extrato deverá ser apresentado pelo atingido ou emitido pelo escritório (será feita uma análise de renda referente ao período de outubro/2015 até o mês de atendimento no CIM, com intuito de verificar elegibilidade de renda do núcleo familiar).

OBS: O valor médio de despesas médicas para os núcleos que tenham idosos ou deficientes é uma opção do atingido. Caso prefira apresentar comprovantes, estes serão aceitos e contabilizados na apuração da renda.

3.3.3 Recorte Geográfico

LINHA MÉDIA DE ENCHENTES ORDINÁRIAS – LMEO + 1000 METROS;

A Linha Média de Enchentes Ordinárias - LMEO é definida e gerida por um conjunto de leis, dentre elas a Decreto-Lei Nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que delimita a margem de inundação das chuvas ordinárias. Os terrenos marginais, de posse da União, as áreas da união constituem toda baixa lindeira à LMEO até uma distância de 15m desta.

Ao final considerado o seguinte recorte:

- A LMEO;
- As terras da União (LMEO + 15 m); e
- A área de abrangência sugerida pela Fundação Renova (LMEO + 1000m).

HABITANTES POR MUNICÍPIO

Conforme é muitas das vezes adotado pelo planejamento estratégico no poder executivo, que realiza suas tratativas de gestão pelo recorte de número de habitantes por município, o PIM também adotou este modelo para que possamos dar equidade às análises dos possíveis graus de bolsões de vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 01 - Correlações dos sub recortes geográficos.

Nº de Hab / Municípios	E	LMEO + 1000 Metros	E		
Mun. ≤ 50 mil habitantes.	+	LMEO + 1000	+	Urbanas.	Atingidos que forem identificados como baixa renda (meio salário mínimo per capita), são elegíveis a indenização.
Mun. ≤ 50 mil habitantes.	+	LMEO + 1000	+	Rurais.	Atingidos que forem identificados como baixa renda (meio salário mínimo per capita), são elegíveis a indenização.
Mun. ≥ 50 mil habitantes.	+	LMEO + 1000	+	Urbanas.	Atingidos não elegíveis a indenização.
Mun. ≥ 50 mil habitantes.	+	LMEO + 1000	+	Rurais.	Atingidos que forem identificados como baixa renda (meio salário mínimo per capita), são elegíveis a indenização.

O número de habitantes por municípios (conforme o TTAC) foram identificados pelo site do IBGE Censo 2010/2017.

3.3.4 Precificação

Valores de indenização para pesca de subsistência:

- Dano moral
- Dano material